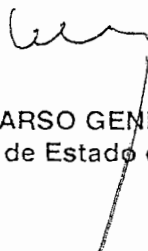


**PRONUNCIAMENTO MINISTERIAL**

Em conformidade com o disposto no artigo 82 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, combinado com o artigo 52 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, **atesto haver tomado conhecimento** das conclusões contidas no Relatório e no Certificado de Auditoria, bem como no Parecer da Secretaria Federal de Controle Interno – SFC da Controladoria-Geral da União – CGU/PR, constantes do processo nº 08200.011701/2009-76, de **Tomada de Contas Anual – exercício 2008**, da Unidade Jurisdicionada **SECRETARIA EXECUTIVA – SE/MJ**, consolidando as contas da **SECRETARIA DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS – SAL/MJ**, das unidades jurisdicionadas integrantes da estrutura da **SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA/MJ** e das demais unidades de sua estrutura, cuja opinião foi pela **REGULARIDADE COM RESSALVAS** da gestão dos responsáveis relacionados no item 3.2.1 do Certificado de Auditoria e pela **REGULARIDADE** da gestão dos demais responsáveis relacionados no processo.

Encaminhe-se o referido processo à **8ª Secretaria de Controle Externo do Tribunal de Contas da União, no Distrito Federal**, para julgamento na forma prevista pelo inciso II, artigo 71 da Constituição Federal.

Brasília-DF, 29 de junho de 2009.



**TARSO GENRO**  
Ministro de Estado da Justiça